

35º Encontro Anual da Anpocs

GT08 – Educação e Sociedade

Evasão escolar no primeiro ano do Ensino Médio Integrado do  
IFSULDEMINAS - campus Machado

Maria Liliana do Amaral Resende

## **Resumo**

O objetivo desse estudo é levantar os motivos que colaboram para a permanência/evasão dos alunos do Ensino Médio Integrado do IFSULDEMINAS – campus Machado. Apesar de estar acontecendo uma expansão e reforma do Ensino Médio, a evasão escolar persiste entre os jovens e adultos. O Problema parece não estar relacionado ao acesso, já que, novas vagas vêm sendo criadas a cada ano. Percebe-se que a permanência na escola sofre influência de vários fatores intrínsecos e extrínsecos. No Ensino Profissionalizante o caso parece ser mais grave. São poucas as fontes de pesquisa a respeito do assunto. Vários programas e políticas são desenvolvidos para combater a evasão escolar, sem muito sucesso. Entretanto existem casos de sucesso escolar nas mesmas condições onde ocorre evasão escolar. Mesmo em situações desfavoráveis muitos alunos conseguem continuar seus estudos, contrariando a regra vigente.

**PALAVRAS-CHAVE:** Evasão Escolar, Ensino Médio, Ensino Profissionalizante.

## **Introdução**

A evasão escolar está dentre os temas que faz parte das discussões e reflexões na Educação brasileira. Estado e sociedade civil se mostram preocupados com a situação. Percebe-se que a Educação não atinge igualmente todos os cidadãos, uma vez que grande quantidade de jovens abandonam as escolas todos os anos.

Esse problema não é recente e não se verifica em alguma região restrita do território brasileiro, mas é uma questão nacional que vem ocorrendo há muitas décadas e necessita ser solucionada.

A evasão escolar, que outrora acontecia no Ensino Básico é um fenômeno que perdura no Ensino Médio e Superior nos dias atuais. A partir dos 16 anos de idade a permanência na escola vai se reduzindo e a preocupação da sociedade e dos órgãos governamentais aumentam.

As políticas e programas desenvolvidos não são totalmente eficazes na erradicação do problema, parecem funcionar como medidas paliativas e pouco eficientes, devido à dificuldade de se encontrar as verdadeiras causas.

De acordo com Sposito e Carrano (2003) até a década de 1990 no Brasil os jovens não eram contemplados por políticas feitas especialmente para sua faixa idade e sim políticas sociais destinadas a todas as demais faixas etárias.

O Estatuto da Criança e do adolescente (ECA – lei federal nº 8.069) passa a discutir os direitos desses adolescentes e jovens de uma maneira mais expressiva. Vários programas passaram a ser desenvolvidos tendo como público alvo os jovens. Mesmo assim os mais de 30 programas governamentais dirigidos aos jovens no Brasil, hoje, segundo Sposito e Carrano (2003) não focalizam exatamente o segmento localizado nessa faixa etária. 18 desses programas atingem explicitamente adolescentes e jovens. 10 deles contemplam adolescentes, jovens e adultos. E de forma incidental 5 programas chegam à população jovem.

O Projeto Escola Jovem teve como objetivo geral a implementação da reforma e a ampliação da oferta de vagas para o ensino médio. O Projeto foi iniciado em março de 2001, e pretende continuar a construir uma escola de qualidade para jovens e jovens adultos a fim de superar os baixos rendimentos e proporcionar o sucesso escolar. O projeto destina recursos financeiros aos estados para subsidiar a reformas. Houve e continua acontecendo a tão falada expansão e reforma do Ensino Médio. Mas isso não contribuiu para diminuir as taxas de evasão escolar.

Vários estudos têm sido realizados com o propósito de desvendar as causas dessa evasão. Alguns estudos indicam vários fatores como responsáveis, dentre eles, a desestruturação familiar, as políticas de governo, a condição social, o sistema educacional, a escola e o próprio aluno sem que, de fato, colaborem para mudar o quadro encontrado.

Se a evasão de um modo geral desperta bastante interesse de pesquisadores e existem vários estudos, nas escolas técnicas profissionalizantes é praticamente inexistente. A ausência de estudos pelo tema pode estar relacionada à recente democratização da escola técnica de nível médio no Brasil. Essa democratização refere-se não somente ao acesso do aluno, mas também a permanência. Mas alguns fatores têm contribuído para a não permanência desse aluno, que pode ser vista como uma questão de exclusão social, motivo primordial que evidencia a importância de investigarmos esse tema e produzir indicadores de modo a propor medidas preventivas que contribuam para a permanência do aluno na escola e para a sua formação continuada.

## **Exposição do tema**

O Governo Federal, através do Ministério da Educação (MEC), acaba de criar um modelo institucional absolutamente inovador em termos de proposta político-pedagógica: os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Estas instituições têm suas bases em um conceito de educação profissional e tecnológica sem similar em nenhum outro país. São 38 institutos, com 314 campi espalhados por todo o país, além de várias unidades avançadas, atuando em cursos técnicos (50% das vagas), em sua maioria na forma integrada com o ensino médio, licenciaturas (20% das vagas) e graduações tecnológicas, podendo ainda disponibilizar especializações, mestrados profissionais e doutorados voltados principalmente para a pesquisa aplicada de inovação tecnológica.

Essa organização pedagógica verticalizada, da educação básica a superior, é um dos fundamentos dos Institutos Federais. Ela permite que os docentes atuem em diferentes níveis de ensino e que os discentes compartilhem os espaços de aprendizagem, incluindo os laboratórios, possibilitando o delineamento de trajetórias de formação que podem ir do curso técnico ao doutorado.

A estrutura multicampi e a clara definição do território de abrangência das ações dos Institutos Federais afirmam, na missão destas instituições, o compromisso de intervenção em suas respectivas regiões, identificando problemas e criando soluções técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento sustentável com inclusão social. Na busca de sintonia com as potencialidades de desenvolvimento regional, os cursos nas novas unidades deverão ser definidos através de audiências públicas e de escuta às representações da sociedade.

Na necessária articulação com outras políticas sociais, os Institutos Federais devem buscar a constituição de Observatórios de Políticas Públicas, tornando-as objetos de sua intervenção através das ações de ensino, pesquisa e extensão articulada com as forças sociais da região. É neste sentido que os Institutos Federais constituem um espaço fundamental na construção dos caminhos com vista ao desenvolvimento local e regional. Para tanto, devem ir além da compreensão da educação profissional e tecnológica como mera instrumentalizadora de pessoas para ocupações determinadas por um mercado.

Na proposta dos Institutos Federais, agregar à formação acadêmica a preparação para o trabalho (compreendendo-o em seu sentido histórico, mas sem deixar de firmar o

seu sentido ontológico) e discutir os princípios das tecnologias a ele concernentes dão luz a elementos essenciais para a definição de um propósito específico para a estrutura curricular da educação profissional e tecnológica. O que se propõem é uma formação contextualizada, banhada de conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos mais dignos de vida.

Assim, derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana, é um dos objetivos basilares dos Institutos. Sua orientação pedagógica deve recusar o conhecimento exclusivamente enciclopédico, assentando-se no pensamento analítico, buscando uma formação profissional mais abrangente e flexível, com menos ênfase na formação para ofícios e mais na compreensão do mundo do trabalho e em uma participação qualitativamente superior neste. Um profissionalizar-se mais amplo, que abra infinitas possibilidades de reinventarem-se no mundo e para o mundo, princípios estes válidos inclusive para as engenharias e licenciaturas.<sup>1</sup>

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, Campus Machado, inaugurado oficialmente como Escola de Iniciação Agrícola de Machado em 03 de julho de 1957, foi a mesma transformada em Ginásio Agrícola de Machado, pelo Decreto nº 53.558 de 14 de fevereiro de 1964 e pelo Decreto nº 83.935 de 04 de setembro de 1979 passou a denominar-se Escola Agrotécnica Federal de Machado-MG. Hoje é uma autarquia Federal vinculada a SEMTEC/MEC sob a égide da Lei Federal nº 8.731 de 16 de novembro de 1993. No dia 29 de dezembro de 2008 a Escola Agrotécnica Federal de Machado – MG passou a Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, Campus Machado.<sup>2</sup>

De acordo com documentos do Instituto, a primeira turma de formandos da Escola de Iniciação Agrícola de 1960 era constituída por 35 alunos, todos do sexo masculino, na maioria, filhos de pequenos agricultores da região. Recebiam o título de mestres agrícolas. Em 1964 a Escola transformou-se em Ginásio Agrícola “O estabelecimento passou a ministrar a partir de 1978 o curso de Técnico em Agropecuária, de nível médio, iniciando-se um processo gradativo de desativação do ensino de primeiro grau” ( REBELLO, 2006). Em 1980 ocorreu a formatura dos primeiros técnicos agrícolas. Nessa época o técnico agrícola era integrado ao Ensino Médio.

---

<sup>1</sup> [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/insti\\_evolucao.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/insti_evolucao.pdf)

<sup>2</sup> <http://www.mch.ifsuldeminas.edu.br/index.php/historia>

Em 1996 o PL 1.603 separava obrigatoriamente o ensino médio da educação profissional. Tal medida encontrou resistência no Congresso Nacional e provocou uma mobilização contrária de vários setores educacionais.

Devido à grande resistência houve uma modificação e nova regulamentação do Ensino Profissionalizante através do Decreto 2.208/97<sup>3</sup>, que contemplou PL 1.603/96 separando o ensino médio da educação profissional sem que fosse necessário enfrentar o desgaste de tramitar um Projeto de Lei ao qual havia ampla resistência. O Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP) e as ações deles decorrentes ficaram conhecidos como a Reforma da Educação Profissional.

O ensino médio e o técnico passam a serem oferecidos separadamente. O ensino médio retoma legalmente um sentido propedêutico enquanto o técnico é oferecido na modalidade concomitante em que o aluno pode cursar tanto o técnico quanto o médio com matrículas e currículos separados. Os dois cursos podem ser realizados na mesma instituição ou em instituições diferentes (concomitância externa). A outra forma é a sequencial, destinada a quem já concluiu o ensino médio.

Em 1999 o curso técnico agrícola passou a denominar-se técnico em agropecuária com habilitação em agricultura e a habilitação em Zootecnia com matriz curricular estruturada em módulos. A partir de 2001, objetivando atender às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional houve uma nova reestruturação dos cursos Técnicos da área profissional agropecuária, os quais passaram a denominar-se técnico em Agricultura e em Zootecnia com estrutura curricular organizada em módulos de qualificação profissional e avaliação por competências. Ainda em 1997 passou a atender a área de Informática, oferecendo curso técnico em Informática. Com a expansão foram oferecidos posteriormente vários cursos técnicos: Técnico em Enfermagem (2000), Técnico em Segurança do Trabalho (2001), Técnico em Informática integrado ao Ensino Médio, modalidade PROEJA (2006), Técnico em Alimentos integrado ao Ensino Médio, modalidade PROEJA (2007).

O Decreto 5.154/04<sup>4</sup> vem possibilitar o oferecimento do curso técnico novamente integrado. Continua a modalidade concomitância interna e externa e o subsequente. A

---

<sup>3</sup> Decreto nº 2.208 de 17 de abril de 1997. Regulamenta o §2º do art. 36 e os artigos 39 a 42 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

<sup>4</sup> Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.

Lei 11.741/08<sup>5</sup>. Além de manter as ofertas dos cursos técnicos concomitantes e subsequentes trazidas pelo Decreto 2.208/97, teve o grande mérito de revogá-lo e de trazer de volta a possibilidade de integrar o ensino médio à educação profissional técnica de nível médio, agora, numa perspectiva que não se confunde totalmente com a educação tecnológica ou politécnica, mas que aponta em sua direção porque contem os princípios de sua construção.

Recentemente (2010) voltou a ser oferecido, no Instituto, o Ensino Médio Integrado de Agropecuária, de Informática e de Alimentos. Optou-se por acabar com os cursos concomitantes externos e internos. As últimas turmas concomitantes (internas) do curso de Agropecuária e Informática encerram seus estudos no final de 2011.

Os Estudantes se integram em 3 categorias: os internos, que tem seu alojamento dentro dos limites da Escola; semi-internos que moram na cidade, mas almoçam na escola e os externos que fazem suas refeições principais na escola e moram na cidade. Os alunos pagam sua alimentação (pagamento de bolsa) realizando atividades que completem 100 horas, que podem ser relacionadas aos projetos desenvolvidos pelas disciplinas da parte técnica ou culturais. Ou ainda outras atividades desenvolvidas nos mais diferentes setores da escola: ajudando na cozinha, cooperativa, laticínios, etc.

Pela análise desses mesmos documentos e entrevistas com funcionários do Instituto, percebe-se que o perfil dos alunos mudou ao longo dos anos.

De 1957 a 1970 os alunos eram todos do sexo masculino e filhos de agricultores da região. Tinham interesse em estudar e levar as inovações para os pequenos sítios e fazendas em que moravam.

De 1970 a 1980 passou a existir uma maior diversidade. Os alunos da zona urbana passaram a se matricular na Escola. Mas ainda havia o predomínio dos filhos de agricultores. A regionalização era forte nesse período.

De 1980 a 1990 o perfil se altera. A escola não se encontrava mais direcionada para os filhos de produtores rurais. Os alunos da zona urbana passaram a predominar. A escola recebeu alunos de vários estados brasileiros: Amapá (Macapá), Pará, Maranhão,

---

<sup>5</sup> Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.

Piauí (Teresina), Ceará, Pernambuco, Bahia, Acre, Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo (Colatina), Paraná, Distrito Federal (Brasília). O Norte de Minas Gerais também enviou um grande número de estudantes. Há indícios de que essa abrangência tenha ocorrido porque era reduzido o número de escolas agrotécnicas nesses Estados e regiões. Em 1982 as primeiras alunas se matricularam no curso técnico-agropecuário.

De 1990 a 2000 novos cursos foram abertos. Com a abertura de novas escolas agrotécnicas em todo o Brasil houve uma redução do número de alunos de outros estados que vinham para Machado. Na década de 90 dos Estados que enviavam seus alunos, caem de 13 para apenas 7. Mas aumentou a quantidade de municípios influenciados pela Escola Agrotécnica Federal de Machado. Os cursos apresentaram grande número de alunos da zona urbana. Cresceu também o número de mulheres matriculadas.

De 2000 até os dias atuais há um novo perfil de alunos. São estudantes de Ensino Médio de escolas da Rede Estadual de Educação de várias cidades do Sul de Minas Gerais. Em alguns casos provêm, também, do Norte de Minas Gerais e até mesmo de outros estados como Goiás, São Paulo e Rio de Janeiro. Mas, encontra-se bem regionalizado no momento. Caracterizam-se, na maioria das vezes, como alunos urbanos, carentes e à procura de um ensino público de qualidade. Há uma participação feminina maior, principalmente nos cursos do Ensino Médio Integrado de Alimentos e de Informática<sup>6</sup>.

## **Evasão Escolar no Brasil**

A evasão escolar está entre os temas que mais geram discussões e reflexões no campo da educação pública brasileira envolvendo vários setores da sociedade. Por isso atrai atenção no desenvolvimento de políticas públicas educacionais na tentativa de amenização do problema.

A evasão é um grande problema encontrado na Rede Pública de Ensino. É assegurado o direito à educação, mas as condições sociais não garantem a permanência do educando ao longo do processo educativo. As causas são as mais variadas: condições socioeconômicas, culturais, geográficas ou mesmo questões referentes aos procedimentos didáticos – pedagógicos e a baixa qualidade do ensino das escolas.

---

<sup>6</sup>Informações obtidas na Coordenadoria Geral de Acompanhamento ao Educando (CGAE) do IFSULDEMINAS – Campus Machado.



Batista, Souza e Oliveira (2009), apontam que os alunos estão tendo, cada vez mais, acesso à educação por meio do aumento de matrículas e pela expansão do Ensino Médio. Mas o problema não se encontra no acesso, mas nos fatores que influenciam a sua permanência e a continuidade dos estudos. É necessário que se desenvolva políticas públicas efetivas que possibilitem a permanência das crianças, dos jovens e dos adultos na escola.

Para Gadotti (1994), a educação é um instrumento de humanização do homem e transformação social, onde ocorre a formação integral do indivíduo e o desenvolvimento de suas habilidades levando-o a ser sujeito de sua própria história sendo capaz de transformar a sociedade em que vive.

O indivíduo, enquanto sujeito social tem sua identidade formada, ao longo do tempo por processos inconscientes. Não se trata de algo inato que surge com o nascimento. É algo inacabado, sempre em processo, sempre sendo formada. Para Hall (2002) a identidade não corresponde ao produto acabado que se encontra dentro de nós, mas alguma coisa incompleta que é preenchida a partir de nosso exterior no contato com outras pessoas.

Nesse processo de formação da identidade, a educação é fundamental para quebrar a hierarquia global dos privilegiados e proporcionar aos menos favorecidos a possibilidade de novas escolhas que mudem o destino de suas vidas, que fora traçado pela desigualdade. Não constitui uma tarefa fácil porque, em nosso país, não é de hoje que a educação pública é sucateada e não recebe a atenção que merece.

Segundo Chaves (2006), entre os anos de 1945 e 1964 perdurou no Brasil uma política econômica baseada no desenvolvimentismo. A finalidade era tirar o Brasil do atraso econômico e diminuir a dependência em relação às grandes potências. Com isso houve uma grande preocupação com a estruturação do Sistema Educacional Brasileiro.

Durante o governo de Getúlio Vargas foram dados os primeiros passos na consolidação dessa política. O Ministério da Educação e Saúde foi criado e a educação voltada para o trabalho para as classes populares foi priorizada.

Juscelino Kubitschek deu continuidade ao projeto que tinha a educação como um item importante do Plano de Metas. Mas a prioridade foi o Ensino Superior voltado para a elite, apesar de incentivar o ensino técnico-profissionalizante promovido por Vargas.

Enquanto Vargas preocupava-se em produzir mão-de-obra qualificada das classes populares para atender o mercado, Juscelino dava ênfase ao Ensino Superior das elites que comandariam o projeto desenvolvimentista.

Mas o analfabetismo e a evasão escolar no governo de JK eram enormes (Cf. SANFELICE, 2007 apud REIS; PADILHA, 2010), não conseguindo atingir o objetivo de produzir mão-de-obra qualificada para suprir as necessidades industriais de sua política.

Durante o período militar a educação esteve relegada. O governo utilizava a escola para doutrinar crianças, jovens e adultos castigando-os severamente alguém que se propusesse a intervir aos seus comandos e interesses.

*“A partir de 1964, a educação brasileira, da mesma forma que os outros setores da vida nacional, passou a ser vítima do autoritarismo que se instalou no país. Reformas foram efetuadas em todos os níveis de ensino, impostas de cima para baixo, sem a participação dos maiores interessados – alunos, professores e outros setores da sociedade. Os resultados são os que vemos em quase todas as nossas escolas: elevados índices de repetência e evasão escolar, escolas com deficiência de recursos materiais e humanos, professores pessimamente remunerados e sem motivação para trabalhar, elevadas taxas de analfabetismo.” (PILETTI, 1997, p.114 apud SANTOS)*

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB9394/1996) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/1990), um número elevado de faltas sem justificativa e a evasão escolar ferem os direitos das crianças e dos adolescentes. Nesse sentido, cabe a instituição escolar valer-se de todos os recursos dos quais disponha para garantir a permanência dos alunos na escola.

O acesso e a capacidade de permanência e sobrevivência dos estudantes, no decorrer do período de estudos, deveriam resultar de uma condição democrática, já positivada como direito na Constituição Federal de 1988, que afirma que a educação é dever do Estado e da Família (art. 205, caput) e tem como princípio a igualdade de condições de acesso e permanência na escola (art. 206, I).

*Art.205 – A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o*

*pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.*

*Art. 206 – O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:*

*I- Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.*

## **Evasão no Primeiro ano do Ensino Médio Integrado do IFSULDEMINAS- campus Machado <sup>7</sup>**

Em um mundo globalizado, onde as fronteiras entre os países não são mais rigidamente delimitadas, a tecnologia é de última geração e as informações circulam com grande velocidade, estamos em movimento, como considera Bauman (1999), mesmo que fisicamente estejamos imóveis. E essa mobilidade não se configura com uma opção, mas numa condição bastante desigual. Alguns são mais “globais”, dão o tom e fazem as regras da vida, enquanto os “locais” se tornam alvo de privações e degradação social.

A falta de acesso às informações reduz a possibilidade de se conseguir emprego, de ser inserido no processo da globalização e leva o indivíduo à exclusão, separação e segregação espacial.

A Educação é um item importante na formação da identidade do indivíduo, tornando-o capaz de adquirir novos conhecimentos e informações para que ele tenha a possibilidade de sair do “local” e atravessar fronteiras vencendo a desigualdade anteriormente imposta.

*“Se você foi destinado à subclasse (porque abandonou a escola, é mãe solteira, vivendo da previdência social, viciado, ou ex-viciado em drogas, sem-teto, mendigo ou membro de outras categorias arbitrariamente excluídas da lista oficial dos que são considerados adequados e admissíveis), qualquer outra identidade que você possa ambicionar ou lutar para obter lhe é negada a priori. O significado da “identidade de subclasse” é a ausência de identidade a abolição ou negação da individualidade, do “rosto” – esse objeto do dever ético e da preocupação moral. Você é excluído do espaço social em que as identidades são*

---

<sup>7</sup> Informações obtidas através de conversas informais com os adolescentes, durante vários momentos, ao longo desses dois anos e meio em que trabalho no Instituto.

*buscadas, escolhidas, construídas, avaliadas, confirmadas, ou refutadas.”*  
(BAUMAN,2005;p.46)

Muitos alunos abandonam o IFSULDEMINAS todos os anos, principalmente nos primeiros anos do Ensino Médio Integrado. As turmas se iniciam bastante numerosas e vão se tornando cada vez menores com o passar dos meses. Os primeiros alunos a evadirem o fazem após o recesso de Carnaval. Mas o grande impacto ocorre mesmo, após as primeiras notas bimestrais.

Ser adolescente é bastante complicado. Às vezes a fase é repleta de *glamour*, outras vezes o momento se revela um período de grande sofrimento. Nesse caso específico lidamos com alunos na faixa etária de 14 a 18 anos de idade em média. Os pais os consideram muitos novos para desfrutar de ampla liberdade e ao mesmo tempo cobram atitudes mais maduras em relação aos estudos. Pelo fato de morar longe dos pais esse conflito interno se revela de muitas maneiras. Alguns querem *aproveitar a vida*, como relatam Gonçalves e Knauth (2006) em sua pesquisa. Isso significa viver a vida intensamente: beber, chegar tarde, não dar satisfações a ninguém, ir pra onde quiser e não se preocupar com compromissos dos adultos de trabalhar, pagar aluguel, ser responsável. Nesse contexto de “ser jovem”, ter a vida inteira pela frente, aproveitar a vida traz consequências como por exemplo a gravidez na adolescência. E nesse caso a menina acaba abandonando os estudos, deixando a juventude para trás para enfim, assumir as responsabilidades de adulta.

Outros alunos se veem abandonados nesse momento. Não sabem como agir para resolver os problemas mais simples do cotidiano. Estão longe da proteção de seus lares, das famílias, suas redes de parentesco e sociabilidade. Nesse processo de formação da identidade, a família aparece como ponto primordial. Segundo Petrini (2005) a família transmite a vida, a cultura e a tradição e o significado de ser concretamente uma pessoa. E também oferece proteção ao indivíduo. O indivíduo quer ao mesmo tempo ter asas e criar raízes. De acordo com Singly (2007) é o princípio paradoxal da Segunda Modernidade: quanto mais a individualização progride, mais a necessidade de segurança aumenta na mesma proporção.

Esses alunos apontam a “saudade de casa” como fator determinante na tomada de decisão. Impedidos de voltarem para casa todos os finais de semana por motivos financeiros, pela realização de projetos desenvolvidos na Instituição ou pela longa

viagem a ser realizada, esses estudantes internos não retornam após o primeiro longo feriado, como o do Carnaval.

Mas o impacto maior acontece ao término das primeiras avaliações bimestrais. As notas baixas geram uma sensação de fracasso e desânimo nos estudantes que não veem a possibilidade de recuperação e resolvem voltar para a escola de origem onde relatam que têm maior chance de recuperação e aprovação. Quase todos, originários de Escola Pública Estadual, afirmam que o Ensino no Instituto é muito difícil e que não estão acostumados a estudar. Completam que o período integral de ensino é muito cansativo e que não têm tempo para realizar as atividades propostas pelas 16 disciplinas da matriz curricular.

Assim como algumas jovens entrevistadas por Gonçalves e Knauth (2006), não acreditam na escolarização como forma de ascensão social, pois afirmam, assim como essas jovens, que estão acostumados com escolas públicas ruins que fazem muitas greves, compostas por maus professores, em que todos os alunos passam de ano sem muito esforço. Reconhecem a importância do estudo em suas vidas, mas não sonham com grandes conquistas.

Outros, porém, descobrem que seu perfil não contempla o curso escolhido, pois estão à busca de um Ensino Médio de qualidade, mas não se interessam pela parte técnica. O inverso também ocorre. Como se trata de um curso integrado, o aluno acaba se saindo mal em um dos núcleos e desistindo da escola.

Há os casos de abandono escolar pela falta de adaptação às normas disciplinares impostas pela Instituição. Estudantes que apresentam problemas comportamentais como não cumprimento das regras, violência, utilização de drogas, são penalizados com a perda de “créditos”.<sup>8</sup> Mesmo que esse aluno não seja expulso da escola, a falta de créditos dificulta sua permanência, pois ele não tem recursos financeiros para se manter sem a alimentação e alojamento que até então desfrutava gratuitamente.

Existem aqueles, ainda, que se queixam dos trotes (proibidos e combatidos no Instituto) produzidos pelos estudantes dos terceiros anos do Ensino Médio. Vários seguranças fazem a ronda todas as noites, funcionários bem preparados estão sempre atentos, mas o que acontece nos alojamentos no período noturno ou quando falta energia

---

<sup>8</sup> O aluno inicia seu ano letivo com 12 créditos. À medida que não cumpre determinadas regras ou as viola, vai perdendo esses créditos e os direitos adquiridos: alojamento, alimentação, armários, estudar na Instituição.

elétrica parece escapar do controle. Há o medo de delatar o aluno infrator, apesar de que problemas desse tipo estão se tornando cada vez menos frequentes. Percebe-se aí a dominação dos estabelecidos em relação aos *outsiders*. Os alunos veteranos se comportam com um grupo coeso que dispõem de uma grande margem de poder e passam a estigmatizar os alunos recém-chegados. Os alunos novos são desconhecidos não apenas dos antigos alunos, mas também entre eles e por isso não formam um grupo coeso capaz de revidar e impedir as humilhações sofridas. “Além disso, quando o diferencial de poder é muito grande, os grupos na posição de *outsiders* avaliam-se pela bitola de seus opressores” (ELIAS e SCOTSON, 2000; p. 28). Há duas saídas: ou os alunos novos aceitam o domínio ou abandonam a escola.

Alguns reclamam dos tipos de alojamentos, da falta de privacidade, da alimentação, falta de diálogo com professores e muitos outros fatores.

Existem alunos que, depois de passar por quase todas essas adversidades, permanecem e conseguem atingir o sucesso escolar tão almejado. Temos notícias de inúmeros alunos que entraram para variados cursos em universidades federais, outros estão em particulares. E aqueles que optaram pela área técnica são profissionais já muito respeitados.

Já dei aula em outras escolas públicas onde sempre houve evasão escolar. Mas era diferente. Alguns mudavam de escola ou simplesmente paravam de estudar. De uma maneira ou de outra, sempre os encontrava por aí. No Instituto esse abandono é ainda mais nebuloso. Como muitos alunos veem de outras cidades, na maioria das vezes, ficamos sabendo do abandono depois do fato consumado. Talvez nunca mais os encontremos. O que poderíamos ter feito? O que os afligiam realmente? Somos responsáveis por essa decisão?

## **Metodologia**

A pesquisa estruturada foi realizada através de questionário elaborado pela Coordenadoria Geral de Assistência ao Educando (CGAE) do IFSULDEMINAS – campus Machado à medida que os alunos foram pedindo transferência da Escola, abrangendo o período de 02/2011 a 06/2011.

A amostra foi não probabilística acidental, composta por acaso assim que o aluno comunicou sua saída da Escola.

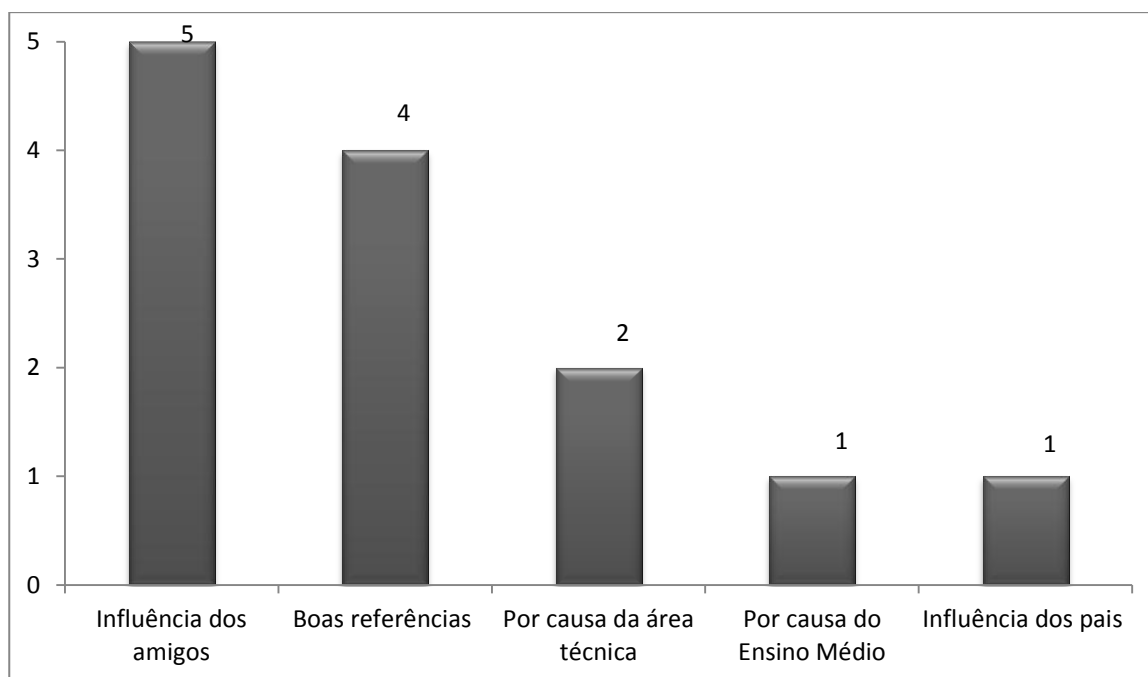
A maioria dos alunos que evadiram não respondeu ao questionário por motivos diversos: não quiseram, não passaram pela CGAE, a orientadora não se encontrava presente entre outros. Dos 53 alunos que evadiram do 1º Ano do Ensino Médio Integrado, foram coletados apenas 13 questionários.

O questionário contém questões abertas e fechadas.

## Resultados

A primeira questão se refere ao motivo de se escolher o IFSULDEMINAS – campus Machado, para estudar.

### Por que você escolheu essa Escola?



Pelo gráfico, percebe-se que a influência dos amigos foi primordial na opção feita por esses alunos ao se matricularem numa escola técnica de nível médio (mais de 38%). Outros 30% se matricularam devido às boas referências que a escola apresenta.

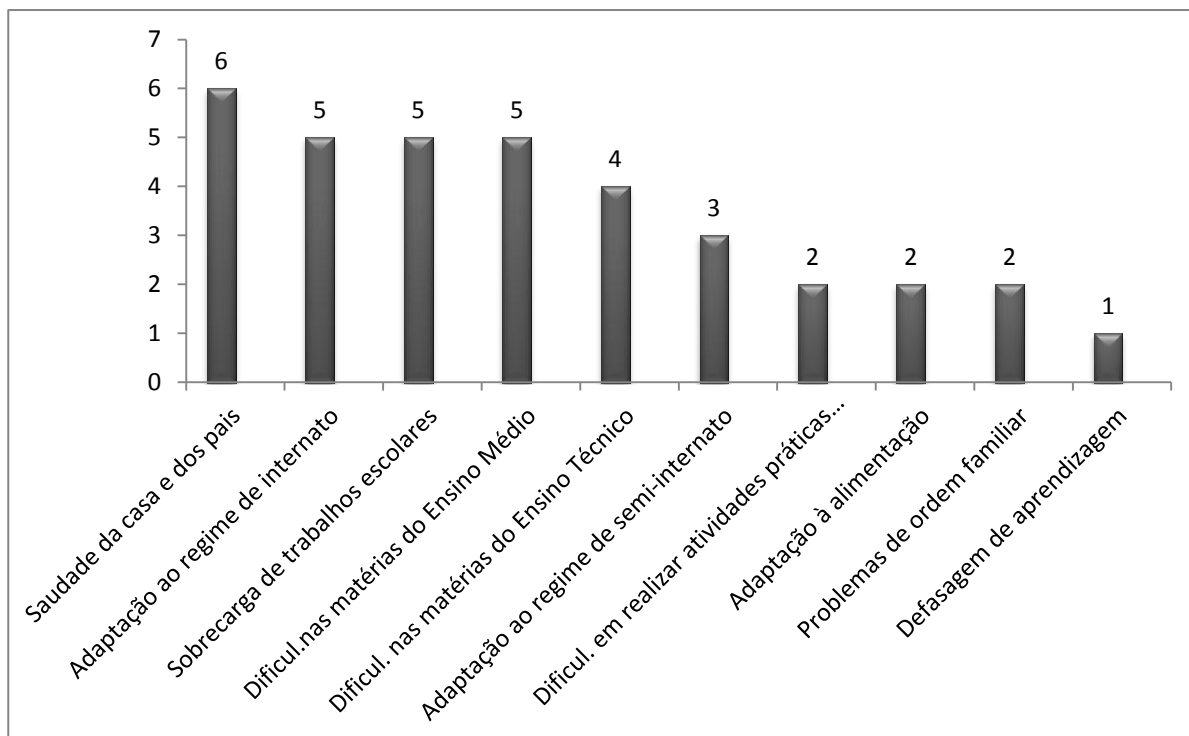
Outras questões se referem ao tempo em que permaneceram na escola e aos tipos de atividades e cursos oferecidos. Mas não serão expostas, devido à irrelevância.

A quarta questão é bastante relevante e esclarecedora do assunto abordado pela pesquisa:

## Quais as dificuldades encontradas no período em que permaneceu na Escola?

Assinale quantas forem necessárias.

- ( ) período de adaptação ao regime de internato;
- ( ) dificuldades de adaptação ao regime de semi-internato (acordar cedo);
- ( ) dificuldades em encontrar um ambiente adequado para morar na cidade;
- ( ) dificuldades de relacionamento com pessoas (colegas, professores, funcionários);
- ( ) saudade de casa e dos pais;
- ( ) sobrecarga de trabalhos escolares;
- ( ) dificuldades em realizar atividades práticas da área técnica;
- ( ) adaptação à alimentação;
- ( ) dificuldades nas matérias do Ensino médio;
- ( ) dificuldades nas matérias do Ensino Técnico;
- ( ) defasagem de aprendizagem trazida das séries anteriores;
- ( ) problemas de ordem familiar.



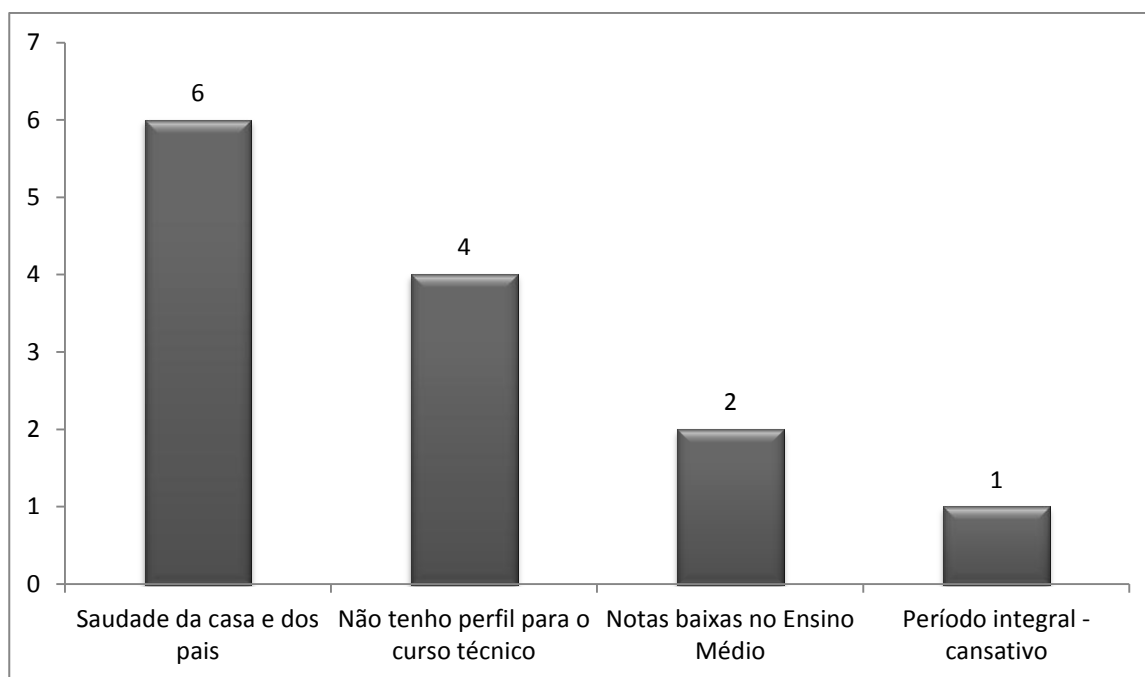
Nessa questão os alunos afirmam que a saudade de casa e dos pais é o principal fator que faz com que eles abandonem a escola. O regime de internato, a sobrecarga de



trabalhos escolares (a matriz curricular do Ensino Médio Integrado é composta por 16 disciplinas) e a dificuldade nas matérias do Ensino Médio e da área técnica são, também, fatores determinantes da evasão escolar.

Nota-se que duas alternativas não foram mencionadas: sobre o ambiente adequado para morar na cidade, pelo fato que esses desistentes eram internos (moravam nos alojamentos da escola) ou semi-internos (são naturais de Machado). A outra é sobre o relacionamento com colegas, professores e funcionários, que parece ser bom e não influencia na desistência desses alunos.

### O que o levou a desistir do curso?



Ao final do questionário os alunos voltam a afirmar, em sua maioria, que a saúde de casa e dos pais é o fator mais importante na tomada de decisão de abandonar o curso. Grande parte descobre não ter perfil para o curso técnico e resolve voltar para a escola de origem.

Esse fato torna-se preponderante no tipo de Instituição a que se insere. É uma escola técnica de nível médio que recebe alunos de várias partes de Minas Gerais e do restante do país. Funciona em regime de internato e semi-internato. Os alunos que têm

idades de 14 a 18 mostram-se inseguros por se encontrarem distantes dos pais e por assumirem novas responsabilidades.

Essa saudade de casa mencionada, apesar de ter grande força na tomada de decisão, não é a única responsável. Acaba somando-se o fato de o aluno não ter aptidão para o curso, apresentando rendimento escolar insuficiente que se reflete em notas baixas e desmotivação. A evasão torna-se inevitável.

### **Considerações finais**

A evasão escolar percorreu um longo caminho no Brasil, passou por diversos tipos de governos, democráticos e ditatoriais. Nenhum deles conseguiu solucionar esse problema que persiste nos dias atuais. Atinge as escolas públicas de Norte a Sul do país, sendo mais comum aos adolescentes que se encontram na faixa etária situada dos 14 aos 18 anos, nas camadas populares. Constituiu-se num entrave ao desenvolvimento pleno do indivíduo, uma vez que a Educação proporciona o crescimento pessoal e profissional, atenuando as desigualdades sociais.

Políticas públicas e programas direcionados à transformação dessa realidade têm funcionado como medidas paliativas e incompletas, incapazes de produzir grandes efeitos. A expansão e reforma do Ensino Médio ocorreram, sem, no entanto, produzir mudanças significativas nesse quadro.

No IFSULDEMINAS – campus Machado, percebe-se a reprodução do problema de uma forma mais intensa, numa maior proporção. Não existem muitos estudos capazes de levantar com certeza os motivos do abandono escolar. Por se tratar de uma escola técnica em regime de internato, aparecem muitas peculiaridades que não são identificáveis nem mesmo noutra instituição de ensino que se configura em moldes parecidos.

O que foi registrado nesse estudo é resultado de anotações feitas com dados obtidos pelos questionários produzidos pelo CGAE com alunos que acabaram evadindo no ano de 2011 e de conversas informais com alunos que permaneceram na escola no período de fevereiro de 2009 até junho de 2011.

Percebe-se que a evasão escolar é um assunto inesgotável que apresenta várias facetas. Apesar de muitas tentativas, programas, políticas e ações governamentais, estamos longe de encontrar uma solução definitiva. A pesquisa se faz necessária no sentido de tentar encontrar essas respostas para atenuar o problema.

## **Bibliografia**

BATISTA, Santos. Dias; SOUZA, Alexsandra. Matos; OLIVEIRA, Júlia. Maria. Silva. **A evasão escolar no ensino médio: um estudo de caso.** Revista Profissão Docente, Uberaba, v.9, n.19, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

\_\_\_\_\_. **Turistas e vagabundos, Globalização: as conseqüências humanas**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em <[http://www.dji.com.br/constituicao\\_federal/cf205a214.htm](http://www.dji.com.br/constituicao_federal/cf205a214.htm)> acesso em 20 jul 2011.

\_\_\_\_\_. **O Estatuto da Criança e do Adolescente.** Lei nº. 8069, de 13 de julho de 1990. <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm)> Acesso em 02 mai 2010

\_\_\_\_\_. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da República. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)> Acesso em 18 mar 2011

\_\_\_\_\_. Congresso Nacional. **Lei 11.741, de 16 de julho de 2008.** Altera dispositivos da Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm)> Acesso em 15 mar 2011.

\_\_\_\_\_. **Ministério da Educação e Cultura.** Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio em debate. Disponível em <[portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=&gid=6695&option=com](http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=&gid=6695&option=com)> Acesso em 10 mar 2011.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Decreto 2.208**, de 14 de abril de 1997. Regulamenta os artigos 36 a 42 da Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em <[portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec2208.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec2208.pdf)> Acesso em 10 mar 2011.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Decreto 5.154**, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o §2º do artigo 36 e os artigos de 39 a 41 da Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2004/decreto/D5154.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/D5154.htm)> Acesso em 10 mar 2011.

CHAVES, Miriam Waidenfeld. **Desenvolvimento e pragmatismo: o ideário do MEC nos anos 50**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v36n129/a1036129.pdf>> Acesso em: 11 jun 2011

ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2000.

GADOTTI, Moacir. **História das idéias pedagógicas**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1994. 17 p

GONÇALVES, Helen e KNAUTH, Daniela Riva. **Aproveitar a vida, juventude e gravidez**, Revista de Antropologia, V. 49, N. 2, São Paulo: USP, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**, Rio de Janeiro: DP&A ed., 2002.

PETRINI, João Carlos. **Mudanças sociais e mudanças familiares, Família, sociedade e subjetividades** (org.: João Carlos Petrini e Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti), Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

REBELLO, Ricardo. Moreira. **O município de Machado até a virada do milênio**. Machado: [s.n] 2006.

REIS, Ana Carolina Godinho dos; PADILHA Caio Augusto Toledo. **Educar para o trabalho: um breve estudo sobre o ensino profissionalizante na era Vargas (1930-1945) e no governo JK (1956-1961)**. Disponível em: <<http://www.estudosdotrabalho.org/anais-vii-7-seminario-trabalho-ret.2010>> Acesso em 03 jan 2011.

SANTOS, Adriana dos. **A função da escola na ditadura militar**. WebArtigos.com. Publicado 28/05/2010. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/articles/39013/1/A-funcao-da-escola-na-ditadura-militar/-pagina1.html>> Acesso em 28 jul 2011

SINGLY. François. **Conclusão – Famílias: primeira e segunda modernidade ocidentais**, Sociologia da família contemporânea, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SPOSITO, Marília Pontes e CARRANO, Paulo César Rodrigues. **Juventude e políticas públicas no Brasil**, Revista Brasileira de Educação, Set /Out /Nov /Dez 2003.